



Ata nº 030 da Sessão Ordinária nº 030, de 08 de maio de 2014.

Às nove horas do dia oito de maio de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Márcia Costa, para composição de quorum. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 016/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 800012005-00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista**; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Laércio Rodrigues Pereira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Laércio Rodrigues Pereira, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: I – aos Cofres Municipais: a) R\$-7.200,00 (sete mil e duzentos reais), equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão fiscal do 2º semestre; b) R\$-1,40 (hum real e quarenta centavos), referente a cobrança de taxa bancária pela emissão de cheques devolvidos; II - ao FUMREAP: a) R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva do PPA, da LDO, LOA, 3º quadrimestre e Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre; b) R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, pela não remessa do Parecer de Controle Social do FUNDEF; c) R\$-20.000,00 (vinte mil reais), com base no Art. 57, I, 'b', da Lei Complementar Estadual nº 084/20122, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a não aplicação dos limites constitucionais e legais relativos a remuneração do magistério e pela ausência de processos licitatórios. **Processo nº 880012009-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará**; Prestação de Contas Anuais de Governo – Exercício 2009; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014**. Retirado de



Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 6: **Processo nº 922202012-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Dom Eliseu - IPSEMDE; Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Emanuel Porto Pinheiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência de Dom Eliseu, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Emanuel Porto Pinheiro, com a emissão do Alvará de Quitação no montante de R\$-1.281.194,95 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos). Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 201307124-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Outros – 2013 Consulta; Responsável: Paulo Sérgio Rodrigues Titan; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Daniel Lavareda procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta apresentada, nos seguintes termos: a contratação de agência de publicidade tão somente para veiculação de publicidade e propaganda, terá que ser feita mediante licitação na modalidade respectiva ao valor orçado, adotando obrigatoriamente o tipo “técnica” ou “técnica e preço”, em cumprimento à Lei nº 12.232/10 que rege a matéria. **Processo nº 201315520-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Outros – 2013; Consulta; Responsável: Paulo Sérgio Rodrigues Titan; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Daniel Lavareda procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta apresentada, nos seguintes termos: cada ente federado tem autonomia administrativa, assumindo total competência para o gerenciamento dos servidores a ele ligados, a Administração Municipal tem o poder de deliberar sobre as remunerações de seus servidores, podendo pagar gratificação por tempo de serviço a todo servidor que investido no cargo por via de concurso público que a luz da Lei Municipal complete 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto a partir do momento em que este complete o sexagésimo mês trabalhado, não sendo facultado o direito a esta remuneração os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou que sejam temporários. **Processo nº 201404554-00; Prefeitura Municipal de Portel; Consulta; Interessado: Vicente de Paulo Ferreira Oliveira; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Sérgio Leão procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta apresentada, nos seguintes termos: a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF disciplina os limites de despesa com pessoal que o Ente da Federação deve respeitar e, igualmente, menciona as medidas que devem ser adotadas caso o limite da despesa de pessoal seja (ou esteja a ser) ultrapassado,



79 conforme disposto em seu Art. 22, paragrafo único c/c 23. **Processo nº 201105060-00;**
80 **IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0617/13, de 21.05.13; Interessada: Maria Sergia de
81 Souza Silva; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
82 Antônio José Guimarães **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo
83 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
84 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
85 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo
86 registro do Ato. **Processo nº 201218195-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria nº
87 1409/12, de 16.10.12; Interessada: Maria Amparo da Gama; Ministério Público: Procuradora Maria
88 Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
89 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro
90 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
91 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato.
92 **Processo nº 201218864-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;**
93 Aposentadoria - Portaria nº 044/12, de 22.11.12; Interessada: Irani Viana dos Santos Correa;
94 Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José
95 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
96 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
97 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
98 **unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201218188-00; IPAMB/PMB;** Pensão
99 - Portaria nº 1301/12, de 01.11.12; Interessada: Maria Rosângela Silva de Nazaré; Ministério
100 Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.
101 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
102 manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
103 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
104 **unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220549-00; IPAMB/PMB;** Pensão
105 - Portaria nº 1.616/12, de 03/12/12; Interessada: Maria Margarida da Silva (Viúva) e Candido
106 Monteiro da Silva (Filho Inválido); Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator:
107 Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
108 seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi
109 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
110 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato. Às dez horas e quatro minutos,
111 o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de
112 pauta com o julgamento do processo de nº 4: **Processo nº 800022010-00; Câmara Municipal**
113 **de São Sebastião da Boa Vista;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Reginaldo
114 de Souza e Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
115 Relator: Conselheiro Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.**
116 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
117 manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
118 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



119 **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de São
120 Sebastião da Boa Vista, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Reinaldo de Souza e
121 Silva, com a expedição do Alvará de Quitação. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o
122 julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 880012009-00; Prefeitura Municipal de**
123 **Concórdia do Pará; Prestação de Contas Anuais de Gestão – Exercício 2009; Responsável: Elias**
124 **Guimarães Santiago; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da**
125 **Cunha; Relator: Conselheiro Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de**
126 **30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
127 dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
128 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
129 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de
130 Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Elias Guimarães Santiago,
131 face a ausência de processos licitatórios e irregularidades em processos licitatórios apontados no
132 relatório técnico, com o recolhimento das seguintes multas: - aos Cofres Municipais: - R\$-3.000,00
133 (três mil reais), pela remessa intempestiva do RGF do 2º semestre, infringindo o Artigo 5º, Inciso I,
134 §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; - ao FUMREAP: - R\$ - 4.000,00 (quatro mil reais), pela
135 remessa intempestiva da LDO, da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres e do RREO do 6º
136 bimestre, nos termos do Art. 284, II, III e IV, do RI/TCM/PA; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), sobre
137 as despesas de R\$ - 654.062,12 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e doze
138 centavos), não licitadas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos ao Ministério
139 Público Estadual. Com declaração de suspeição da Auditora convocada Márcia Costa. Em seguida,
140 houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 5: **Processo nº 820022012-00;**
141 **Câmara Municipal de Soure; Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Ademar**
142 **Cardoso Macedo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da**
143 **Cunha Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.**
144 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
145 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
146 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
147 decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Soure, exercício financeiro de 2012,
148 de responsabilidade de Ademar Cardoso Macedo, com recolhimento aos Cofres Municipais no valor
149 de R\$ - 98.506,60 (noventa e oito mil, quinhentos e seis reais e sessenta centavos), relativo ao
150 saldo em caixa não comprovado, e ao FUMREAP, R\$-5.000,00 (cinco mil reais), correspondente ao
151 valor de R\$-98.506,60 (noventa e oito mil, quinhentos e seis reais e sessenta centavos), deixados na
152 conta caixa, com base no Art. 282, III, "a", do RI/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério Público
153 Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 7: **Processo**
154 **nº 882722009-00; Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará; Prestação de**
155 **Contas – Exercício 2009; Responsável: Sandra Cascaes Ferreira; Instrução: 2ª Controladoria;**
156 **Ministério Público: Procuradora - Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado**
157 **no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
158 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria



foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Sandra Cascaes Ferreira, face a realização de processos licitatórios irregulares, com recolhimento ao FUMREAP/TCM de multa nos seguintes valores: R\$-4.000,00 (quatro mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 284, II e III, do RI/TCM/PA; R\$ - 5.000,00 (cinco mil reais), pela realização de processos licitatórios irregulares, com fulcro no Art. 57, da LC nº 084/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Com declaração de suspeição da Auditora convocada Márcia Costa. **Processo nº 201316988-00; Câmara Municipal de Paragominas; Prestação de Contas – Exercício 2009, Recurso Ordinário contra a Decisão do Acórdão nº 24.017, de 20.08.2013; Responsável: Antonio Batista Oliveira Lopes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para reformar a decisão e aprovar, com ressalva, as contas da Câmara Municipal de Paragominas, com a exclusão da falha quanto a não remessa dos processos licitatórios para as despesas no valor de R\$-38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais), e R\$-40.016,30 (quarenta mil, dezesseis reais e trinta centavos), realizadas junto aos credores CENVEL – Central Locadora de Veículos Ltda e Cristal Turismo Ltda., e mantendo nos demais termos a manutenção da multa constante do Acórdão nº 24.017, de 20 de agosto de 2013, pela não remessa de procedimentos de licitação no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais). **Processo nº 201218356-00; Câmara Municipal de São Miguel do Guamá; Prestação de Contas – Exercício 2009, Recurso Reconsideração contra a Decisão do Acórdão nº 22.867, de 16.10.2012; Responsável: Raimundo Trindade Sodré Lopes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em oito de maio de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão